

Research Brief 2021

PARLAMENTO DOS JOVENS

PROGRAMAS, PROCESSOS E EXPERIÊNCIAS

Vinícius Barbosa Albernaz
Maria Manuel Vieira (ed.)



Fotografias: retiradas da galeria de fotos online do Parlamento dos Jovens disponível em http://www.jovens.parlamento.pt/2018_2019/Galeria_Secundario.html

ÍNDICE

2

Parlamento jovem: a
prática internacional

4

O parlamento dos
jovens na assembleia
da república: historial e
objetivos do programa

7

Edição 2018/2019 do
parlamento dos jovens:
a experiência dos
participantes

10

Considerações
Finais

11

Referências
bibliográficas

O presente brief procura contribuir para a compreensão do funcionamento do programa Parlamento dos Jovens (PJ), o seu impacto no processo de educação/formação para a democracia e na participação política dos jovens. Com efeito, a participação neste tipo de programas poderá contribuir para a formação de cidadãos conscientes, politicamente ativos e interventivos nos processos democráticos, exercendo direitos e deveres da convivência em sociedade.

A participação cívica e cidadã dos jovens é frequentemente abordada por diversos meios, que a qualificam como sendo pautada por um “constante desinteresse”, uma falta de envolvimento ou mesmo uma des-intitucionalização política. No entanto, para autores como Augusto (2008, p. 158) essa questão é mais habitualmente interpretada como sintoma de “uma patologia associada à condição juvenil do que como um sintoma da (fraca) capacidade do sistema para integrar as novas gerações”. Corrobora nessa tese Braga da Cruz (1985) ao reiterar que é preciso entender se, ao nível político, os jovens são vistos apenas como meros consumidores de decisões, ou até que ponto contribuem e participam ativamente nas decisões políticas, seja como votantes, militantes ou atores políticos.

Este brief pretende contribuir para esse debate. Veremos que o discurso comum, que acusa os jovens atuais de não se interessarem por política, não condiz propriamente com a realidade. Partindo de uma pesquisa conduzida pelo autor (Albernaz, 2020), o texto foca a iniciativa Parlamento dos Jovens segundo três dimensões.

Numa primeira parte procura-se explanar e desenvolver o conceito de Parlamento Jovem, identificando programas que o traduzem, à escala internacional. Os programas Parlamento Europeu Jovem e o Euroscola, ambos criados no âmbito da União Europeia e em que Portugal, enquanto membro, também participa, serão aqui apresentados.

Na segunda parte descreve-se de maneira detalhada as diversas facetas de um programa similar, mas de base nacional: o programa Parlamento dos Jovens. Procura-se abordar o seu histórico, as regras de funcionamento, a legislação norteadora e a relevância que possui, procurando compreender os avanços do programa como instrumento consolidado de educação para a democracia em Portugal.

Na terceira parte apresentam-se alguns dos resultados de um estudo mais vasto sobre a experiência dos jovens participantes do programa Parlamento dos Jovens (PJ), edição de 2018/2019. Através das suas respostas a um inquérito por questionário, pretende-se conhecer o impacto desta ação educativa na formação cidadã, na participação política, e no engajamento cívico destes jovens.

**o discurso comum, que acusa
os jovens atuais de não se
interessarem por política, não
condiz propriamente com a
realidade**

PARLAMENTO JOVEM: A PRÁTICA INTERNACIONAL

À escala internacional encontram-se, em vários países, diversas propostas de simulações parlamentares no âmbito de organizações ou instituições aí existentes. O designado Parlamento Jovem ou Parlamento Juvenil é uma dessas propostas. O conceito de Parlamento Jovem refere-se a “levar os estudantes a simular de alguma forma o funcionamento do Parlamento, assumindo por algum tempo o papel de parlamentares” (Cosson, 2008, p.100). Apesar de ser uma prática presente em múltiplos países, ela está longe, no entanto, de assumir contornos semelhantes. Desde logo, apesar de a palavra “parlamento” ser comumente utilizada na maioria dos programas, ela nem sempre representa o compromisso ou ligação com o mundo do Legislativo.

Não obstante, existem uma série de programas e eventos, denominados “parlamentos jovens”, que reúnem jovens para debaterem os seus problemas e desenvolverem projetos comunitários. Estes programas promovem uma maior oportunidade de experiência democrática para os participantes, seja através da simulação do processo legislativo no parlamento ou por meio de fóruns supranacionais que aproximam o jovem das atividades do parlamento.

O conceito de Parlamento Jovem define-se como “levar os estudantes a simular de alguma forma o funcionamento do Parlamento, assumindo por algum tempo o papel de parlamentares”

Um destes eventos, ou fóruns supranacionais com temáticas “jovens” é o **European Youth Parliament** (EYP) (<https://eyp.org/about-us/>). O EYP foi criado em 1987 no âmbito de um projeto escolar no Lycée François-Premier, em Fontainebleau, França. Desde 2004 passou a ser gerido pela fundação alemã Schwarzkopf Foundation, sediada em Berlim. O evento ocorre quadrimestralmente e alternadamente em capitais europeias, tem nove dias de duração, e envolve cerca de 300 jovens estudantes entre os 16 e os 22 anos, de 32 países.

O principal objetivo do European Youth Parliament (EYP) é impulsionar o desenvolvimento cívico e cultural dos jovens europeus, promovendo a interação e o diálogo intercultural e envolvendo-os no pensamento

político europeu. O projeto é hoje uma das principais plataformas de educação não formal para o debate político, encontros interculturais, educação cívica e troca de ideias entre jovens. Está presente em 41 países europeus contando com a participação de milhares de jovens voluntários, que realizam mais de 350 eventos por ano por toda a Europa.

Em Portugal, o Parlamento Europeu dos Jovens nasceu em 1989, como parte da rede do EYP sendo oficialmente representado pela Associação Portuguesa do Parlamento Europeu dos Jovens (APPEJ) desde 1999. Desde a sua génese, tem sido um dinamismo na promoção do pensamento crítico dos jovens europeus, tornando-os cidadãos ativos (Parlamento Europeu-Portugal). Anualmente realiza encontros nacionais, sessões de seleção nacional, conferências e eventos internacionais, percorrendo todo o país¹.

Importa ressaltar a importância de algumas destas instituições vanguardistas na promoção de programas de educação para a cidadania democrática que, ao promoverem a vivência da jornada parlamentar por meio de simulações parlamentares com os jovens, demonstram um propósito em comum: o da formação política e cidadã dos participantes.

No que diz respeito à simulação das atividades parlamentares a nível da União Europeia (UE), um outro programa importante de destacar é o Euroscola (<https://www.europarl.europa.eu/euroscola/en/home>).

O Euroscola é um programa criado pelo Parlamento Europeu no âmbito da cidadania, gerido em parceria com o Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), dirigido aos alunos do ensino secundário e que consiste na simulação do trabalho dos Deputados no Parlamento Europeu. O Euroscola inicia-se todos os anos em janeiro, começando na sessão distrital ou regional, na qual o júri seleciona, em função do mérito de cada trabalho e apresentação, a escola que irá concorrer na sessão nacional ao prémio Euroscola no Parlamento Europeu. Aos vencedores do concurso nacional Euroscola, o Parlamento Europeu acolhe os estudantes (de Portugal e dos demais Estados-Membros da União Europeia) para passar um dia em Estrasburgo como membros do Parlamento Europeu. O Gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa estabelece anualmente o número de escolas que participam na sessão Euroscola em Estrasburgo, em função da classificação obtida nos trabalhos da sessão nacional.

¹ https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/DSPE/Clubes_Europeus/dossierescolasnsc.pdf, consultado a 10 de maio de 2020.

VOCÊ SABIA? – Uma das primeiras iniciativas de parlamento dos jovens de que há registo é o *Youth Parliament of Manitoba* (YPM) (<https://www.ypmanitoba.ca/about/>) surgido em 1922 no Canadá sendo o parlamento juvenil mais longo e duradouro, realizando sessões parlamentares desde 1922.

Igualmente noutros espaços internacionais têm-se afirmado modelos idênticos de promoção da educação política dos jovens. A título de exemplo refira-se o Parlamento Jovem brasileiro, cuja primeira sessão ocorreu em 2004 (<https://www2.camara.leg.br/a-camara/programas-institucionais/educacao-para-a-cidadania/parlamentojovem>), e, mais recentemente, o **1º Parlamento Juvenil** da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) <https://www.cplp.org/id-4213.aspx?PID=10038&M=NewsV2&Action=1&NewsId=8593>) cuja 1ª edição decorreu entre os dias 21 e 22 de novembro de 2019 em São Tomé e Príncipe. Neste caso, a iniciativa teve como missão “criar uma plataforma em que seja possível facilitar a união entre os jovens da CPLP, consciencializar os jovens sobre os seus direitos e deveres garantidos pela Carta da Juventude, promover o debate democrático, estimular a cooperação e a transmissão de conhecimento e persuadir os Estados-membros a implementar internamente as resoluções aprovadas no parlamento”, refere a organização.

O PARLAMENTO DOS JOVENS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA: HISTORIAL E OBJETIVOS DO PROGRAMA

A primeira sessão do programa **Parlamento dos Jovens (PJ)** ocorreu a 17 de fevereiro de 1995 com participantes de escolas do 1.º ciclo de Lisboa e Porto, numa iniciativa lançada pela ex-Deputada Julieta Sampaio. O Programa Parlamento dos Jovens era denominado inicialmente como “Parlamento das crianças e dos jovens”, nome que se manteve até ao ano de 2006, tendo em conta que o seu objetivo fundador foi o de promover o espírito democrático nas crianças e jovens portugueses.

Dado o interesse da iniciativa, a referida deputada apresentou naquele ano o Projeto de Resolução nº 142/VI, que previa a criação do programa “A Assembleia e

a Escola” com o objetivo de promover o intercâmbio entre a Assembleia da República (AR) e as escolas. Nesse sentido, corrobora a tendência identificada por Cosson (2008, p. 100) quando este autor afirma que o programa é usualmente estabelecido por resolução, isto é, tem um caráter de Lei, sendo apresentado pelas mãos de um parlamentar que nele vislumbra um laço com o movimento político estudantil, ou mais simplesmente, por força da repercussão do evento.

Em 2006, o programa recebe um novo impulso através da Resolução nº 42/2006 publicada pela Assembleia da República (2006) que unificou os programas “Parlamento das Crianças A Escola e a Assembleia” (voltado ao ensino básico) e o programa “Parlamento das Crianças e dos Jovens A Assembleia na Escola” (voltado ao ensino secundário), transformando-os no programa tal como é conhecido nos dias de hoje, denominado “Parlamento dos Jovens” (edição básico e edição secundário).

Para a realização do Parlamento dos Jovens (PJ), foi necessário estabelecer regras específicas para regular o bom funcionamento do programa. A partir da experiência acumulada ao longo dos anos, foi publicado pela Assembleia da República em 2019 o Regimento do Parlamento dos Jovens (PJ) (2019), matriz norteadora das ações do programa. O Regimento é inspirado nas regras de funcionamento da AR e, no caso das Regiões Autónomas, das respetivas Assembleias Legislativas, de modo a respeitar a autonomia dos jovens participantes em todas as fases de eleição dos seus representantes, bem como regular as sucessivas etapas do programa, desde a escola à Sessão Nacional.

Para se compreender globalmente o programa PJ é necessário entender as motivações associadas à criação desta iniciativa, os seus desafios iniciais, os seus resultados e produtos e dar os devidos louros àqueles que vislumbaram o potencial deste programa de educação para a democracia destinado aos jovens portugueses.

São objetivos do programa Parlamento dos Jovens: a) Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política; b) Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos órgãos do poder político; c) Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República,

enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses; e d) Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria².

De acordo com o disposto no seu artigo 1º do referido Regimento (2019): “Podem inscrever-se para participar no Parlamento dos Jovens **todas as escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, do universo do ensino público, particular e cooperativo**, abrangendo o Continente, as Regiões Autónomas e os círculos da Europa e de Fora da Europa” (negrito nosso). O programa decorre em 3 fases ao longo do ano letivo, compreendendo sessões distintas para o ensino básico e secundário³:

- 1ª Fase - Escolar (Inscrição das Escolas, Debates e Eleições para a Sessão Escolar): um plenário (Sessão Escolar) onde, após debate, elegem-se os representantes da escola para a próxima fase;
- 2ª Fase - Distrital (Realização das Sessões nos Distritos e Regiões Autónomas): todos os eleitos na sessão distrital debatem as suas ideias com as outras escolas e elegem os representantes do distrito e RA;
- 3ª Fase – Nacional (Sessão Nacional na Assembleia da República): os representantes de todos os distritos e RA reúnem-se em comissões parlamentares e

em plenário com o objetivo de aprovar um projeto consensual para os deputados da Assembleia da República debaterem.

Por ser um programa de grande dimensão, existe um conjunto de parcerias e entidades envolvidas para a sua boa execução:

- Ministério da Educação, através da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE);
- Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas;
- Instituto Português do Desporto e Juventude, IP (IPDJ);
- Direções Regionais da Educação e da Juventude da Região Autónoma dos Açores;
- Direções Regionais de Educação e de Juventude e Desporto da Região Autónoma da Madeira.

Todavia, um dos parceiros fundamentais do programa e de grande importância para o seu sucesso são os professores e coordenadores, responsáveis por auxiliarem os participantes a estudarem o tema, pela organização dos debates nas escolas, pela constituição da comissão eleitoral, e pelas demais fases que compõem o processo.

Por ser um programa com 25 anos de existência (comemorados em 2020), vale a pena destacar o histórico das temáticas debatidas pelos jovens participantes ao longo dos últimos anos (Tabela 1)⁴:



Fotografias: retiradas da galeria de fotos online do Parlamento dos Jovens disponível em http://www.jovens.parlamento.pt/2018_2019/Galeria_Secundario.html

2 http://www.jovens.parlamento.pt/2019_2020/docs/regimento.pdf, consultado a 10 de maio de 2020.

3 https://jovens.parlamento.pt/bas/Paginas/guia_jovem_deputado.aspx, consultado em 01 de agosto de 2021.

4 <http://jovens.parlamento.pt/historico.html>, consultado a 10 de maio de 2020.

Tabela 1 – Histórico das edições e dos temas discutidos no Parlamento dos Jovens. Ensinos Básico e Secundário.

Fonte: Adaptado do Histórico do programa, página oficial PJ, consultado em março de 2021.

ANO	EDIÇÃO	TEMA BÁSICO	TEMA SECUNDÁRIO
2003/2004	X Escola e a Assembleia (básico) IV Assembleia na Escola (secundário)	"A construção da Europa: a importância do Desporto Escolar a nível local, nacional e europeu."	"A construção da Europa: Propostas para promover a cidadania europeia"
2004/2005	XI Escola e a Assembleia (básico) V Assembleia na Escola (secundário)	"Responsabilidade social dos jovens na prevenção de comportamentos de risco"	"Educação/ Formação-Emprego"
2005/2006	XII Escola e a Assembleia (básico) VII Assembleia na Escola (secundário)	"Educação e Cidadania para a Segurança Rodoviária"	"Língua Portuguesa"
2006/2007	XIII Edição do Parlamento dos Jovens	"Impacto da televisão junto dos jovens"	"Insucesso e abandono escolar"
2007/2008	XIV Parlamento dos Jovens	"Energias alternativas e preservação do ambiente"	"União Europeia: participação, desafios e oportunidades"
2008/2009	XV Parlamento dos Jovens	"Alimentação e Saúde"	"Participação Cívica dos Jovens"
2009/2010	XVI Parlamento dos Jovens	"Educação Sexual"	"A República"
2010/2011	XVII Parlamento dos Jovens	"Violência em meio Escolar"	"Que futuro para a Educação?"
2011/2012	XVIII Parlamento dos Jovens	"Combate à discriminação"	"Participação e Cidadania"
2012/2013	XIX Parlamento dos Jovens	"Ultrapassar a crise"	"Os Jovens e o emprego: que futuro?"
2013/2014	XX Parlamento dos Jovens	"Drogas – evitar e enfrentar as dependências"	"Crise demográfica (emigração, natalidade, envelhecimento)"
2014/2015	XXI Parlamento dos Jovens	"Combate ao insucesso escolar"	"Ensino público e privado: que desafios?"
2015/2016	XXII Parlamento dos Jovens	"Racismo, Preconceito e Discriminação - Ao debate!"	"Portugal: Assimetrias Litoral/ Interior - Que Soluções?"
2016/2017	XXIII Parlamento dos Jovens	"Os Jovens e a Constituição, Tens uma palavra a dizer!"	"A Constituição que temos, a Constituição que queremos: desafios ao Poder Local"
2017/2018	XXIV Parlamento dos Jovens	"Igualdade de Género - Um debate para tod@s"	"Igualdade de Género - Um debate para tod@s"

2018/2019	XXV Parlamento dos Jovens	"Alterações Climáticas: Salvar os oceanos"	"Alterações Climáticas: Reverter o Aquecimento Global"
2019/2021**	XXVI Parlamento dos Jovens	"Violência Doméstica e no Namoro: da sensibilização à ação"	"Violência Doméstica e no Namoro: Como garantir o respeito e a igualdade"
2021/2022***	XXVII Parlamento dos Jovens	"Que estratégias para combater a Desinformação?"	"O Impacto da Desinformação na Democracia"
*Unificação dos programas "Escola e a Assembleia" e "Assembleia na Escola", passando a denominar-se Parlamento dos Jovens. **Sessões realizadas por videoconferência, pois a edição foi afetada pela situação pandémica mundial ***Edição em curso			

De acordo com a tabela supracitada, são diversos os temas debatidos pelos jovens participantes ao longo das 25 edições do programa, muitos deles na ordem do dia dos mais relevantes acontecimentos políticos contemporâneos. Através destas edições os jovens participam ativamente expondo as suas ideias, debatendo-as com os colegas deputados, e elaborando recomendações para o culminar do programa, que é a sessão plenária final.

Vale a pena destacar que, no decorrer dos anos, o programa PJ obteve um aumento significativo de escolas, jovens participantes e participação dos deputados da Assembleia da República.

EDIÇÃO 2018/2019 DO PARLAMENTO DOS JOVENS: A EXPERIÊNCIA DOS PARTICIPANTES

Nos dias 20 e 21 maio de 2019, o autor deste brief deslocou-se à Assembleia da República para acompanhar a Sessão Nacional do Ensino Secundário do Parlamento dos Jovens (PJ) desse ano, e inquirir os jovens participantes, o público-alvo da investigação então em curso (Albernaz, 2020). Segundo o Relatório referente ao PJ de 2018/2019, esta edição terá sido a mais concorrida de todas: "ficou marcada pela mais elevada participação de sempre na história do Programa, com 986 escolas inscritas, 512 do ensino básico e 474 do ensino secundário, do continente, das regiões autónomas, dos círculos da Europa (Reino Unido) e de Fora da Europa (Macau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Estados Unidos da América), o que corresponde a um aumento de 6% em relação à edição anterior"

(Assembleia da República, 2019, p. 2). Os estudantes do ensino secundário selecionados para representar todas as regiões do país, retratados na figura 1, foram convidados a debater o tema "Alterações Climáticas – Reverter o Aquecimento Global", escolhido pela Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República. Os "jovens deputados" aprovaram 10 recomendações para adoção pela Assembleia da República.

Para efeitos da pesquisa acima indicada, aplicou-se um inquérito diagnóstico com perguntas abertas e fechadas visando analisar a experiência dos jovens estudantes participantes do programa: as suas motivações para participar no programa Parlamento dos Jovens PJ, bem como as suas perceções e opiniões sobre assuntos políticos diversos - cidadania, participação política, grau de confiança nas instituições políticas, grau de satisfação com o funcionamento da democracia portuguesa, nível de conhecimento sobre as atividades dos parlamentares e das atividades da Assembleia da República.

O universo total da população pesquisada foram os 131 participantes efetivos da edição 2018/2019, mas a amostra deste estudo é composta por 72 respondentes intencionais do inquérito, o que corresponde a 55% dos participantes. Em termos de género, a amostra é constituída por 37 respondentes do género masculino e 35 respondentes do género feminino. Quanto à idade, ela abarca dos 15 (5 inquiridos) aos 19 anos (4 inquiridos), situando-se maioritariamente nas idades intermédias: 22% possuem 16 anos (16 inquiridos), 43% possuem 17 anos (31 inquiridos) e 22% possuem 18 anos (16 inquiridos). Este dado comprova a diversidade e a abrangência do programa PJ.

Figura 1 – Participantes no Parlamento dos Jovens – edição 2018/2019

Fonte: Organização do programa parlamento dos jovens, maio de 2019.



A partir das respostas ao inquérito por questionário procedeu-se a uma análise estatística simples dos dados e, para a análise das respostas abertas, utilizamos o *software NVivo 12* na consulta das palavras mais frequentes (as mais respondidas pelos participantes) e

na análise de conteúdo (Bardin, 1977).

O inquérito por questionário continha perguntas baseadas em questões de auto perceção dos participantes acerca de temas políticos, conforme indicadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Resultados do inquérito por questionário “Parlamento dos Jovens”

Fonte: Albernaz, 2020.

PERGUNTAS		OPÇÕES E RESULTADOS			
Qual o seu grau de interesse em política?	nada interessado 0%	pouco interessado 0%	indiferente 3%	razoavelmente interessado 51%	muito interessado 46%
Já procurou algum parlamentar ou pessoa do executivo para reclamar/cobrar alguma ação para resolver problemas da freguesia, do concelho, da cidade ou do país?	Sim 42%		Não 51%		Não sabe/Não responde 7%
Qual o seu nível de conhecimento atual sobre a Assembleia da República?	nenhum conhecimento 4%	pouco conhecimento 15%	razoável conhecimento 40%	bom conhecimento 35%	ótimo conhecimento 3%
Grau de satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal?	nada satisfeito 4%	pouco satisfeito 24%	indiferente 15%	razoavelmente satisfeito 53%	muito satisfeito 4%

No que se refere à pergunta sobre o *grau de interesse em política*, a esmagadora maioria declara ter um razoável interesse (51% dos respondentes) ou mesmo um grande interesse (46% indicam ser muito interessados).

Quanto à questão que pretendia saber se o participante alguma vez *procurou algum parlamentar ou membro do executivo* para reclamar ou exigir a resolução de problemas da freguesia, do concelho, da cidade ou do país, embora a maioria (51%) declare não ter contactado nenhum desses atores políticos, constata-se, no entanto, que uma proporção significativa (42% dos inquiridos) afirma já o ter feito. Solicitados a indicar o motivo dessa procura, através de uma pergunta aberta, os participantes que responderam positivamente à questão indicaram diferentes tipos de pedidos, muitos dos quais ligados às atividades escolares (más condições físicas da escola ou da prática do desporto na escola/município, a falta de apoio do município à ação social escolar...) mas também de outra natureza - as alterações climáticas (tema principal da edição 2018/2019 do PJ), a falta de limpeza em lagos e ruas e abrigos de outono/inverno, entre outros.

Já no que concerne o *nível de conhecimento atual sobre a Assembleia da República (AR)*, como seria expectável uma elevada proporção de respondentes declara ter “razoável” (40%), “bom” (35%) ou mesmo “ótimo” (3%) conhecimento. É de sublinhar, no entanto, a existência de

“pouco” ou “nenhum” conhecimento entre 19% dos respondentes.

Finalmente, quis-se apurar o *grau de satisfação dos jovens deputados com o funcionamento da democracia em Portugal*. A maioria (53%) dos inquiridos encontra-se “razoavelmente satisfeito” e 4% declara estar mesmo “muito satisfeito”; não obstante, existe uma proporção significativa de vozes críticas: 24% respondem que estão “pouco satisfeitos”, e 4% referem estar “nada satisfeitos” com o funcionamento da democracia em Portugal. Tal faz supor um certo sentimento de frustração nos jovens por não se sentirem representados pelo sistema político em vigor, percebendo o funcionamento da democracia com alguma desconfiança, distanciamento ou mesmo descrédito. Nesse contexto, sublinha-se a importância de programas de educação cívica e educação para a democracia como o Parlamento dos Jovens (PJ).

Para além destas questões, quis-se também conhecer, junto dos participantes, os motivos que os levaram a participar neste programa. De acordo com as respostas mais frequentes dos inquiridos à pergunta aberta que pretendeu captar esses motivos, apresentam-se os principais resultados condensados na tabela 3 (frequência de palavras utilizadas nas respostas) e na figura 2 (nuvem de palavras).

Tabela 3 – Resultado de frequência de palavras – auto percepção

Fonte: Albernaz, 2020.

Palavra	Extensão	Contagem	Percentual ponderado (%)
política	8	18	5,00
experiência	11	6	1,67
fazer	5	6	1,67
mais	4	6	1,67
mudança	7	6	1,67
alterações	10	5	1,39
climáticas	10	5	1,39
conhecimento	12	5	1,39
jovens	6	5	1,39
melhor	6	5	1,39
tema	4	5	1,39
atividade	9	4	1,11
participação	12	4	1,11
poder	5	4	1,11
vontade	7	4	1,11
voz	3	4	1,11
Total: 58 respondentes efetivos desta questão			

Infere-se, portanto, a partir dos dados analisados, que a palavra mais frequente invocada pelos participantes para aderir ao programa Parlamento dos Jovens (PJ) é **política** com índice de frequência de 5%, seguida das palavras **experiência**, **fazer**, **mais**, **mudança** que possuem um índice de frequência de 1,67%. Eis alguns exemplos⁵:

uma tentativa de **mudança** do sistema **político** (inq. 11)

é uma **experiência** enriquecedora, é o início da minha atividade **política** (inq. 28)

aprender a **mudar** a minha freguesia e o meu país (inq. 33)

a vontade de representar os jovens e mostrar que estes também se mostram ativos na política (inq. 40)

pela formação de jovens qualificados e **mais** preparados para assumir posições e posturas ativas e corretas na sociedade (inq. 68).

A Figura 2 permite visualizar as frequências de palavras (nuvem de palavras) mais referidas pelos participantes a esta questão:

Figura 2 – Nuvem de palavras mais frequentes nas respostas

Fonte: Albernaz, 2020.



É claramente perceptível que as palavras mais repetidas nas respostas a esta pergunta do inquérito evidenciam a experiência vivida pelos participantes no programa PJ: para além da “política”, a dimensão da “experiência”, da ação (“fazer”, “participação”, “mudança”) bem como da temática trabalhada na sessão (“tema”, “climáticas”) ficam aqui bem sublinhadas. Tal como Fuks (2014) defende, o Parlamento Jovem é um programa de natureza participativa que estimula o debate que “transforma” os jovens deputados, indo além do convencional “role playing” (interpretação de papéis), e onde os participantes deliberam efetivamente sobre a política pública relativa ao tema selecionado nesse ano.

FIQUE A SABER TUDO E PARTICIPE—Consulte as principais novidades sobre os diversos Programas de Parlamento dos Jovens

Site oficial do Programa Parlamento dos Jovens -
<https://jovens.parlamento.pt/>

Site oficial do Programa Euroscola –
<https://programas.juventude.gov.pt/euroscola>

Site oficial do European Youth Parliament -
<https://eyp.org/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dos deputados jovens através da participação no programa desenvolveu o seu interesse pela participação política cívica e democrática

O programa Parlamento dos Jovens (PJ) tem como objetivo incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política, bem como conhecer de perto o significado e a responsabilidade do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República. A pesquisa efetuada permite constatar que a experiência dos deputados jovens através da participação no programa desenvolveu o seu interesse pela participação política cívica e democrática, bem como colaborou na compreensão da vida política no parlamento e desmistificou o funcionamento do parlamento, ajudando-os a compreender melhor o trabalho dos deputados.

⁵ Os participantes são identificados por números como forma de manter o sigilo e anonimato dos mesmos.

O programa PJ contribuiu para o desenvolvimento do poder de argumentação dos jovens na defesa dos seus ideais

O programa PJ contribuiu ainda para o desenvolvimento do poder de argumentação dos participantes, na defesa de seus ideais, na capacidade de apresentar factos e razões lógicas, assim como para o respeito mútuo face à opinião divergente/conflituante; em suma, ele permitiu entender “por dentro” o jogo político democrático que acontece no parlamento.

Programas como o PJ constituem importantes espaços de participação cidadã, para os jovens exporem/debaterem ideias e serem escutados

O estudo demonstra ainda a relevância de se realizar programas de formação política e cidadã junto do público jovem, oferecendo-lhe as condições para dizerem o que pensam a respeito de diversos temas, o que sentem a respeito dos problemas gerais da sociedade, e, especialmente, criando espaço para escutá-los. A simulação precisa de estar ancorada na experiência concreta para ter sentido, o que significa que o programa será tão mais legítimo quanto mais se aproximar das funções e do funcionamento da casa legislativa que a promove (Cosson, p. 118).

Os jovens devem ser considerados como sujeitos políticos capazes de fazerem parte das soluções

É certo que a participação política da juventude é catalisadora das mudanças, mas para que estas ocorram, os jovens precisam de se reconhecer enquanto sujeitos políticos capazes de interferir nas esferas políticas do seu município, do seu distrito ou do seu país. Nesse sentido, os jovens não devem ser vistos como parte de um problema e sim como sujeitos políticos capazes de fazerem parte da solução. Cabe assim à responsabilidade do poder legislativo português, representado pela Assembleia da República, Assembleias Legislativas (Açores e Madeira) e ao poder local, representado pelas Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, de impulsionarem programas e/ou projetos que propiciem espaços e oportunidades para os jovens demonstrarem o seu potencial.

Propostas para pesquisas e ações futuras

- Estudar o impacto pós-formativo do programa na vida dos jovens
- Estudar o impacto do programa na atuação dos deputados da AR que participaram no programa
- Propor a organização de uma base de dados dos jovens participantes no PJ.
- Propor a realização de um Parlamento voltado ao público universitário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Albernaz, V. B. (2020). Parlamento dos Jovens: Um contributo para o estudo da participação política dos jovens em Portugal. *Dissertação de Mestrado*. Covilhã: Universidade da Beira Interior – Faculdade de Artes e Letras.

Augusto, N. M. (2008). A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 155-177.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Cosson, R. (2008). *Escolas do legislativo, escolas de democracia*. Brasília: Edições Câmara.

Cruz, M. B. (1985). A participação política da juventude. *Análise Social*, XXI, 1067-1088.

Fuks, M. (2014). Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. *Opinião Pública*, 20(3), 425-449.

Documentos:

Assembleia da República. (2006). *Resolução da Assembleia da República Nº 42/2006 Programa “Parlamento dos Jovens”*. Portugal: Diário da República, I Série A. Fonte: http://www.jovens.parlamento.pt/2019_2020/docs/ResolucaoAR_Programa_Parlamento_Jovens_2006.pdf

Assembleia da República. (2019). *Regimento do Parlamento dos Jovens*. Lisboa: Assembleia da República - Divisão de Edições.

Assembleia da República. (2019). *Relatório de execução Edição 2018/2019 Programa Parlamento dos Jovens*. Lisboa: Assembleia da República.

Euroscola (2020). Disponível online em <https://programas.juventude.gov.pt/euroscola>, consultado a 6 de maio de 2020.

Observatório Permanente da Juventude

O Observatório Permanente da Juventude é um programa de investigação e estudos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, instituição responsável pelo seu funcionamento e coordenação científica desde 1989. Pretendendo potenciar a produção, a troca e a difusão do conhecimento científico sobre a diversidade de realidades juvenis em Portugal e no mundo, o OPJ beneficia de um largo património e experiência de investigação nacional e internacional.

Saiba mais em

www.opj.ics.ulisboa.pt



ISBN: 978-972-671-677-8